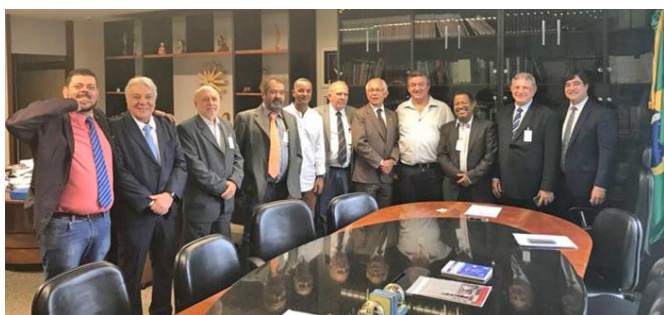


BOLETIM 518

Brasília, 22 de fevereiro de 2018



Futuro presidente do TST recebe sindicalistas e promete amplo diálogo

Dirigentes de diversas entidades e categorias profissionais **(foto)** foram recebidos nesta quarta-feira (21), em Brasília, pelo ministro João Batista Brito Pereira, futuro presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Dia 26, ele toma posse em substituição a Ives Gandra Martins Filho, atual presidente, de linha conservadora e alinhado ao mercado.

A expectativa do movimento sindical é de que o TST adote uma postura mais progressista. Miguel Torres, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), avalia o encontro como positivo. “Sinto que haverá mais diálogo com o sindicalismo e debate em torno das matérias de interesse de empregados e empregadores”, afirma.

Dia 6, Gandra Martins tentou regulamentar e adaptar à nova lei trabalhista - de corte neoliberal - 35 Súmulas ou orientações

jurisprudenciais. Mas o conjunto de ministros (27 no total), a pedido do sindicalismo, entendeu não votar em razão de dúvidas sobre a constitucionalidade de matérias em exame. Formou-se uma comissão para análise técnica dos temas.

Fonte: Agência Sindical

Deputado faz recurso contra prejudicialidade da contribuição sindical

O deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP), Paulinho da Força apresentou, na última terça-feira (20), recurso contra a declaração de prejudicialidade do projeto que regulamenta a contribuição sindical, em virtude da aprovação das leis da Reforma Trabalhista e do Trabalho Temporário.

Trata-se do PL 5.795/16, oriundo de comissão especial, que cria o Conselho Nacional de Autorregulação Sindical (CNAS); regulamenta a contribuição negocial, que não poderá ser superior a 1% da remuneração bruta anual do trabalhador; fixa a contribuição sindical em R\$ 88,92 para os trabalhadores autônomos e em R\$ 217,20 para os profissionais liberais. Estabelece que a câmara dos trabalhadores será composta por 9 conselheiros, sendo 6 representantes de centrais sindicais e 3 representantes de confederações de trabalhadores.

A câmara dos empregadores será composta por 9 conselheiros indicados pelas respectivas confederações. Quanto aos servidores públicos, estipula que a contribuição sindical será o equivalente a um dia de remuneração relativa



ao mês de março. Além disso, altera a Lei 8.112, para conceder a licença remunerada dos servidores públicos para o exercício do mandato classista.

Interdição do debate - O relator da Reforma Trabalhista na Câmara, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) apresentou e foi aprovado parcialmente requerimento para arquivar as proposições que poderiam alterar a Lei 13.467/17.

Tramitação - O recurso vai ser submetido ao plenário da Câmara dos Deputados e, se aprovado, a matéria voltará a tramitar na Casa.

Fonte: Diap

Paim: é preciso ficar em estado de alerta

O senador Paulo Paim (PT-RS) destacou a suspensão da votação da reforma da Previdência, devido à decretação de intervenção federal no Rio de Janeiro, prevendo que a PEC não mais será analisada este ano.

Mesmo assim, Paim disse que manterá o estado de alerta. O senador lembrou que em 2017 foram realizadas mais de cem audiências públicas para tratar da reforma da Previdência no Congresso, além de visitas a todos os estados da Federação, com a mobilização de políticos, centrais sindicais, federações, confederações e entidades dos servidores públicos.

Para Paim, o governo recuou ao sentir a pressão da sociedade, que se posicionou contra o que ele considerou “a liquidação do direito das pessoas à aposentadoria e dos sonhos da juventude”.

Fonte: Agência Senado

Senado debaterá normas de proteção ao trabalho

A Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho discutirá em audiência pública nesta quinta-feira (22), normas destinadas à tutela (proteção) do trabalhador. O foco do debate será na relação de emprego, abordando questões como responsabilidade patronal, direito ao emprego e formas de rescisão do contrato de trabalho.

O pedido de realização do debate é do senador Paulo Paim (PT-RS), vice-presidente do colegiado. Entre os convidados, estão o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Ângelo Fabiano Farias da Costa; o presidente da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho, Hugo Melo Filho; a vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Noemia Aparecida Garcia Porto; a pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade de Campinas, Marilane Oliveira Teixeira; e o representante do Comando Nacional de Mobilização do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Rogério Silva.

Presidida pelo senador Telmário Mota (PTB-RR), a subcomissão foi instalada em agosto de 2017. É composta por três senadores titulares e três suplentes e conta com o auxílio de um grupo de especialistas da área. O colegiado funciona no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e tem o objetivo de criar um Estatuto do Trabalho para substituir a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), alterada recentemente pela reforma.

Fonte: Agência Senado



É cedo para avaliar efeitos da reforma trabalhista, diz indicado para TST

O desembargador Alexandre Luiz Ramos, do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, afirmou, nesta quarta-feira (21), que ainda é cedo para avaliar os efeitos das medidas da reforma trabalhista. Ramos lembrou que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é dos anos 40, quando o Brasil ainda era um país rural e que, por isso, necessitava de atualização.

A indicação de Ramos para ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) foi aprovada ontem, após sabatina, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

Na opinião de Alexandre Luiz Ramos, a reforma trabalhista atendeu os micro e pequenos empresários, ao prestigiar, por exemplo, a negociação entre as partes. "Para fazer um simples acordo de banco de horas, era necessária intervenção sindical. Para esses pequenos, o acordo direto com os empregados facilita. Até porque, nesse setor, a relação é mais pessoal", disse o desembargador.

A indicação de Alexandre Ramos para o TST ainda precisar passar por uma votação em regime de urgência no plenário do Senado. Ele foi indicado para a vaga aberta com a aposentadoria do ministro João Oreste Dalazen.

Fonte: Agência Brasil

Pesquisa aponta que 18% dos paulistanos estão desempregados

Pelo menos 18% da população da capital paulista, o que equivale a 1,763 milhão de paulistanos, estão desempregados. Desses, 14% (1,371 milhões) estão procurando emprego e 4% (391 mil) não estão. Os dados são de uma pesquisa feita pela Rede Nossa São Paulo, em parceria com o Instituto Ibope Inteligência, e divulgada nesta quarta-feira (21) em São Paulo. Segundo os dados, 44% estão nessa situação há um ano, 18% de um a dois anos e 29% estão sem trabalho há mais de dois anos.

De acordo com o coordenador da Rede Nossa São Paulo e do programa Cidades Sustentáveis, Jorge Abrahão, o número de desempregados em São Paulo é maior do que o da média nacional, que está em torno de 14%, o que chama a atenção para a necessidade de políticas que possam reduzir esse índice.

"Muitas vezes analisamos que o governo federal é quem tem responsabilidade sobre isso. É verdade que as políticas econômicas vêm do governo federal, mas também é verdade que as prefeituras e o poder local podem desenvolver e estimular ações para reduzir o desemprego, por exemplo ao estimular arranjos locais, aproveitando as características de cada região, induzindo a transformação", afirmou.

O levantamento, feito por meio de 800 entrevistas com paulistanos de 16 anos ou mais na cidade de São Paulo, entre os dias 8 e 27 de dezembro de 2017, mostrou que 58% dos entrevistados são mulheres, 59% são pretos e

pardos, 26% são mais jovens, 35% têm renda familiar de até dois salários mínimos e 43% menos instruídos.

"Em um momento de crise como este, quem contrata procura as pessoas mais qualificadas e as pessoas com menos qualificação vão sendo deixadas de lado, o que aumenta as desigualdades que já são grandes. Daí a necessidade de políticas para avançar. Desde capacitação e qualificação até o estímulo ao avanço econômico desses lugares", afirmou.

Gênero - Quando questionados sobre o gênero, 48% ressaltaram que as mulheres têm menos oportunidades que os homens, sendo que desse percentual 54% são mulheres. Outros 33% disseram que essas oportunidades são iguais para os dois gêneros e 13% consideraram que os homens têm menos chances.

Fonte: Portal EBC

Interino deve permanecer no Ministério do Trabalho até março, diz líder

Na reunião do presidente Michel Temer com líderes do PTB, nesta quarta-feira (21), ficou decidido que o ministro interino do Ministério do Trabalho, Helton Yomura (**foto**), ficará no cargo até março. A informação é do líder do partido na Câmara dos Deputados, Jovair Arantes (GO).

Segundo Jovair, as discussões sobre um nome do PTB para ocupar definitivamente a pasta serão feitas mais perto da mudança. "Vamos deixar para discutir isso quando estiver mais próximo", disse o líder, em entrevista à Agência Brasil.



Ministros do governo do presidente Temer que vão se candidatar nas eleições de outubro precisam deixar o cargo até abril, em cumprimento à legislação eleitoral. A nomeação definitiva do ministro do Trabalho ficaria para esse período de mudanças nos comandos dos ministérios.

Além de Jovair Arantes, também participaram da reunião com Temer, no Palácio do Planalto, o presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson, e a deputada federal Cristiane Brasil (RJ).

Cristiane foi indicada pelo PTB em janeiro para assumir o Ministério do Trabalho, mas foi impedida de tomar posse no cargo por decisões da Justiça. De acordo com o líder Jovair Arantes, durante a reunião, Cristiane Brasil agradeceu ao presidente Temer pela nomeação.

Helton Yomura, que está no comando da pasta, foi superintendente regional do Ministério do Trabalho no Rio de Janeiro e, em outubro de 2017, assumiu o cargo de secretário-executivo. Terça-feira (20), Roberto Jefferson, que é pai de Cristiane Brasil, divulgou em sua conta no Twitter a decisão de desistir da indicação da deputada.

Fonte: Agência Brasil



Inspeção recupera mais de R\$ 4 bi de recursos do FGTS em 2017

A fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) recuperou, em 2017, R\$ 4,2 bilhões em recursos que deveriam ter sido depositados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A informação foi divulgada pelo órgão ontem (21).

No ano, os auditores do trabalho fiscalizaram 50,5 mil empregadores. No total, foram emitidas 19,4 mil notificações de débito. Os setores mais autuados foram o do comércio (5,3 mil notificações) e as indústrias de transformação, como o segmento de petróleo (4 mil notificações).

Em termos geográficos, os estados com mais recursos recuperados foram São Paulo (R\$ 692 milhões), Rio de Janeiro (R\$ 485 milhões) e Minas Gerais (R\$ 199 milhões).

Maior recuperação O resultado de 2017 foi 35% maior do que o registrado em 2016, quando foram arrecadados R\$ 3,1 bilhões, e quase o dobro do montante de 2015, quando foram recuperados R\$ 2,2 bilhões.

Uma das estratégias que têm permitido ampliar o volume de recursos recuperados é o cruzamento entre as bases de dados do governo com as das contas, o que permite identificar os casos em que os depósitos não são feitos.

Apoio ao trabalhador -O FGTS é um fundo criado para ajudar o trabalhador demitido sem justa causa. Nos contratos formais de trabalho, é aberta uma conta vinculada ao trabalhador na qual é depositado valor correspondente a 8% do salário do empregado.

Além do caso de rescisão do contrato sem justa causa, os trabalhadores podem sacar o saldo dos seus depósitos no término de contrato por tempo determinado e quando tiver saído do regime do FGTS por mais de três anos.

Fonte: Agência Brasil

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLDO PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS